

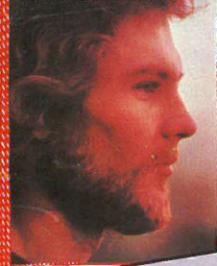
# PLURAL

**ABRIL** — J. A. Salvador, João Bafo, M.ª Carrilho, Vítor Alves, J. M. Pereira, Vasco Lourenço, Otelio S. Carvalho, Melo Antunes, Costa Brás, Paixão Martins, Álvaro Guerra, Mário de Carvalho, J. Sasportes, A. Trigo de Abreu, Martins Barata, Manuel Pinto ■ Investigação Científica — Bruno da Ponte, Clara Queiroz ■ Gary

Hart — Salgado Zenha ■ Descentralização — Magalhães Mota, José Baptista ■ Real Spring — **Agustina Bessa-Luís** ■ Entrevista: **Mário de Carvalho** ■ Em busca da Esquerda — A. J. Saraiva e F. Louçã ■ O Presidente responde a H. S. Osório e M.ª Belo ■

7

Marco Polo:



ao encontro do Oriente

ABRIL



Capitães e gente solta

1984

Viajar... de azulejo



O Presidente responde



Domingo, no Tarrafal

Orlô.

A Investigação Científica em Portugal

tudo, se esta é a realidade, se este é o mundo concreto, porque indignar-se? Certamente se JMP acha esse (este) mundo injusto é porque tem uma ideia da Justiça, que não existe mas que ele quer que exista. Para JMP só pode ser (embora ele o não saiba) um vector, um valor, exactamente como o é para mim, além da Justiça, a Liberdade, que não existe, realizada, em parte alguma.

Mas elas não são independentes. A Liberdade é um dos meios pelos quais se alcança a Justiça, como a História no-lo mostra.

**Q**uarto exemplo: JMP cita um texto de um cineasta, Badham, sobre os perigos dos computadores como instrumentos da Polícia do Pensamento imaginada por Orwell. É uma antecipação de um futuro imaginário, mas possível em todo o mundo, sem excepção dos Estados Unidos. Diz Badham: «*Muito em breve toda a nossa vida será colocada em bancos de memória de computadores. [...] É bom que no nosso país possamos falar destes assuntos, que tenhamos um debate, que possamos queixar-nos do governo por ele andar a espiar o que dizemos, e mesmo assim eles não perderem a cabeça e não nos procurarem enfiar na cadeia como presos políticos, o que certamente aconteceria noutros países.*»

Isto significa que o governo tem meios para vigiar o Pensamento e a Liberdade, mas que nos Estados Unidos as pessoas podem falar dos assuntos policiais sem risco de irem para a cadeia, como aconteceria noutros países. Isto é o que diz Badham, e não como pretende JMP, que o sistema americano é «um sistema de liberdade vigiada». O que isto quer dizer é que no sistema americano apesar dos meios técnicos de que a Polícia pode dispor, não foi ainda possível abolir a Liberdade.

E porquê? Esta é a pergunta que exige resposta. Eu só vejo uma: o sistema americano é um sistema pluralista em que a Polícia não é orientada por um poder único ou por um partido único. JMP não chega a entender isto porque está obcecado pelo conceito marxista de «o Capital» como entidade homogénea, espécie de exército disciplinado sob o comando de um

general. Por isso escreve, à guisa de conclusão do seu comentário ao texto de Badham: «*E o que estará já a dar [o «sistema de liberdade vigiada»] com negros portoriquenhos e outros «do género?»*» Parece uma extrapolação do texto de Badham, mas nada tem a ver como ele. É uma frase puramente arbitrária, sem nada que a fundamente. E o que significa a expressão «outros do género»? Só o podem saber os que antecipadamente e incondicionalmente atacam os Estados Unidos, que identificam com o Capitalismo.

Poderíamos dar mais exemplos de confusão, mais ou menos involuntária, de JMP, confusão que por vezes toca as raízes da demagogia, mas queremos acrescentar uma nota sobre uma falsa noção que JMP repete como tantos outros: o de chamar «sistema capitalista» ao conjunto das sociedades de mercado, que são mais ou menos pluralistas. As sociedades de mercado não são sociedades de capitalismo homogéneo, administradas cientificamente com vista ao máximo rendimento. Os mais perfeitos sistemas capitalistas são, sim, aqueles a que usualmente se chama «socialistas», e especialmente os designados de «socialismo real», ou o que existe na realidade com esse nome.

Salvo erro foi Lenine quem chamou a atenção para a «anarquia do capitalismo», e com efeito nas sociedades de mercado o capital está disperso entre diversos proprietários e é diversamente orientado segundo critérios nem sempre racionais e científicos, mas por vezes subjectivos e até caprichosos. Nas sociedades de mercado não há Capital, mas capitais.

Pelo contrário, no Socialismo, o Capital é homogéneo, centralizado, identificado com o poder político unificado, e administrado em vista do rendimento máximo, segundo leis objectivas e «científicas». É aí que a Liberdade quasi naufraga, porque o homem é submetido às leis do Capital, que se torna impessoal e objectivo. Já Estaline disse esta frase reveladora: «*O homem é o Capital mais precioso.*»

A única ameaça a esses sistemas é que os homens, apesar de serem utilizados como Capital, isto é como objecto, continuam a ter subjectividade. E a subjectividade, dom único do homem, que o positivismo procura abolir, é sempre uma ameaça potencial contra a «objectividade» científica do Capital. ■

## A esquerda e os jantares de gala

Francisco Louçã

**1** O livro de João Martins Pereira, *No Reino dos Falsos Avestruzes*, provocou uma onda de incomodidade. Escrito num «impulso em que se misturaram a revolta e a necessidade», o texto obrigou a algumas defesas (Eduardo Lourenço, A. J. Saraiva), provocou algumas críticas e suscitou variados comentários aéreos — significativamente nenhum tratando as questões essenciais postas à discussão: a crise da hegemonia burguesa, os mitos que gera quando confrontada com o passado «revolucionário» recente, o eanismo, a democracia, o socialismo.

Uma e outra atitudes são compreensíveis. O livro, como o alfaiate da história de Anderson, ataca todos de uma vez: os «cães de caça» (Lucena, Alçada, Cunha Rego, Pulido Valente, Seabra, Barreto, Stau Monteiro e quejandos), a «dique» de «O Jornal», os «falsos avestruzes»... toda a hipocrisia da política que vamos vivendo. Por outro lado, já é rotina que os escritos de J M Pereira sejam tomados como uma simpática voz do deserto (cheia de «boa fé» e «nostalgia», dizia Eduardo Lourenço); é a teimosia de um marxismo que não se rende às evidências do «pântano democrático». E assim se têm perdido oportunidades de reflexão tão interessantes como a suscitada por

*Indústria, Ideologia e Quotidiano* (1974) ou *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* (1975).

Mas reconheça-se que a defesa das vaidades dos intelectuais, ou os debates das aparências, não constituem objecto para um confronto de ideias. Apesar disso, o gosto pelo debate sobrepe-se, e aí temos uma discussão apaixonada «em busca da esquerda» (será isso que justifica a resposta irritada e defensiva de J M Pereira aos seus críticos, no n.º 4 da PLURAL?). A verdade é que, nos momentos de crise das suas coerências — por outras palavras, quando os factos são mais teimosos do que as ideias, o que acontece com desagradável frequência neste século XX —, a esquerda gosta de se sentar no divã da opinião pública, e de psicanalisar os seus falhanços em voz alta. Há pelo menos dois momentos recentes em que isso foi evidente: quando os governos socialistas cedem a vez à iniciativa presidencial, a coerência da recuperação democrática do 25 de Abril entra em becos escuros e a direita sobe ao palco (debates «sobre a esquerda» na «Opção» de 1977 e 1978, na revista «Abril» em meados de 1978, no «Diário Popular» em finais de 1978 e princípios de 1979). Depois vem o silêncio: na oposição cómoda, era de novo fácil ser de esquerda. Agora vem o segundo



momento: toda a esquerda que, bem entendido, votou PS em Abril de 83 para «vencer a crise», confronta-se agora com o viver concreto, com as realidades do bloco central. Que há de mais natural do que refugiar-se de novo numa polémica sobre si mesma? Assim, não se discutem os «Falsos Avestruzes»; mas, em contrapartida, a esquerda passa a si própria um atestado de existência. Convenha-se que já não é mau: como os reformados, pode continuar a receber a pensão.

**2** Porque há pelo menos dois tipos de esquerda que se confundem no senso comum, mas que produzem duas linguagens, dois discursos, duas atitudes distintas; como paralelas perfeitas, acompanham-se até ao infinito irmanadas no baptismo.

A primeira é a dos aparelhos institucionais, a que se instala num poder que não modifica mas a que obedece; destilada pelos *mass media*, é a que compõe as alternativas realistas. A segunda, mais idealista porque mais verdadeira, é a das transformações sociais, das vanguardas, da luta pela totalidade de um mundo novo.

A primeira é a das legalidades que existem. A segunda é a das legitimidades que se constroem (Sartre, *Elections, piège à cons*, «Temps Modernes», Janeiro 1973).

Martins Pereira fala da segunda para a primeira. Nem de outra forma poderia diagnosticar os processos de produção de mitos — cujo espaço é função da crise da hegemonia, ligada estruturalmente às condições em que reina esta burguesia fraca, desorganizada, subalterna internacionalmente. Porque esses mitos (particularmente os mais «afirmativos», são *o possível* para a ideologia dominante, cujas únicas certezas parecem ser ainda a negação do PREC, se abandonarmos a moderna e enfatuada busca do «empresário dinâmico») são essencialmente o produto da crise desta esquerda, são por ela criados e alimentados. Vejamos alguns.

a) **As classes médias.** Se António Sérgio se irritava com os «pachecos» do país, se José Mário Branco ridiculariza os clientes do «VáVá», se os mais optimistas ainda contemporizam com os «Sanchos Pança», tudo isso agora são águas passadas: as «classes médias» reencontram, por via da Ideia, o seu lugar venerável na história. Retratando-se a si próprios, aí os vemos protagonistas de uma ficção redentora: a sociologia descobre que são a garantia da estabilidade dos sistemas eleitorais (justamente porque já lhe pregaram partidas que chegue), os historiadores reconhecem a sua intervenção no 25 de Abril. O mais ousado tinha que ser Manuel Villaverde Cabral (!), um dos arautos dessas esquerdas que «abandonaram as cavalgadas no dorso da química e que foram a concursos» (Eça). Só que tal façanha exige que toda a história se reescreva: onde houve a ruptura do 25 de Abril (e se não fôra ruptura não se justificava agora o afã do seu enterro, tão conveniente neste décimo aniversário) passa a ser um «acelerador» dos processos já em curso na sociedade; o PPD, uma emanção dessas classes médias, que tanto preza Joaquim Aguiar, bem como o PS; a democracia parlamentar passa a ser um prolongamento da veneranda «tradição liberal», que ganha balanço desde a Regeneração, embora não tenha abusado da democracia na I República, como se sabe.

b) **A democracia.** Recuperadas, somadas à tradição, as classes médias cumprem o seu papel: dinamizam as entranhas da sociedade civil para configurar a base de apoio à democracia — com esta tese, entramos plenamente na polémica política, mesmo que tenha o revestimento da dignidade da sociologia: os bem-comportados democratas que nos descrevem são também os que das estradas de Rio Maior ameaçavam cortar água e comida à capital, ou que queimavam os jornais infieis ou as sedes inimigas.

Como diz a canção, agora «tudo está no seu lugar», e por isso são possíveis todas as mistificações. O «mito da democracia», de que nos fala J M Pereira, é de facto uma teia fundamental para legitimar este regime, para exorcizar o fantasma do PREC — o que só é necessário se, justamente, ele teve uma forte funcionalidade social (pese a António José Saraiva, que só descortina a mão tenebrosa de Moscovo), uma enorme participação de massas nas tomadas de decisão: foi o ano e meio em

que mais se aprofundou a democracia, e isso já foi dito por José Afonso.

«A arte governativa consiste em tiranizar o país com o aplauso do cidadão e em nome da liberdade» (Eça); estará isso longe do que vivemos nestes dez anos? A «grande conquista» (que, se justifica todos os sacrifícios, porque não uns despedimentos ou uns salários em atraso, imaginosa purgatório capitalista) é a «democracia»: o direito do indivíduo em delegar periodicamente poderes que não tem nem exerce — e isso faz dele cidadão e portanto igual. Se existe um desafio colocado aos historiadores como aos políticos é justamente este de estudar a instalação deste regime democrático e das suas contradições sociais, a substituição das formas de poder da burguesia a partir do fim da ditadura, a rearticulação da ideologia dominante. A chegada de J M Pereira é útil e necessária: despe os «mitos» e demonstra o que eles reflectem da sociedade real.

c) **A revolução impossível.** É a abóbada que falta neste edifício; pois se até a revolução não era possível, pelas mesmas características de tradição nacional que nos trazem à democracia: «O nosso fracasso — relativo ou absoluto — talvez estivesse inscrito na natureza das coisas, isto é, na nossa história de país pobre, pequeno, ligado por todas as fibras ao sistema económico ocidental. A nossa revolução abortada ou, pelo menos, adiada, talvez fosse simplesmente impossível» (E. Lourenço, Maio de 1978, revista «Abril» n.º 4 (?)). Não cabe aqui entrar na discussão das circunstâncias concretas da história (as relações de força internas a cada uma das classes) e discutir se, com aquelas instituições, aqueles partidos, aqueles dirigentes, era possível instituir a transição para o socialismo no Verão de 1975. Em todo o caso, a história não se inventa e respondeu negativamente. Mas o que se discute é se a sociedade tinha capacidade intrínseca, maturidade social, para avançar nessa direcção: o simples facto de a possibilidade ter sido colocada com tanta actualidade já o confirma.

À medida que se torna mais coerente, este triplo raciocínio (classes médias-democracia-revolução impossível) vai-se afastando da história real, vai-se aproximando dos mitos. J M Pereira tinha razão.

**3** Será de surpreender que A J Saraiva, o mais à direita entre os intervenientes neste debate, seja o único a sair à liça em defesa do resultado concreto da teoria? Porque é sem dúvida incómodo para um intelectual confrontar-se com a pergunta: é isto a democracia? Dizer que não havia outra solução é portanto uma forma espirituosa de fugir à discussão das responsabilidades concretas.

E aí temos ainda outra virtude da abordagem de J M Pereira: só pode ser tão mordaz e claro porque se coloca na «outra esquerda» — tanto mais respeitável quanto «essa» esquerda hoje já não dá empregos, como bem sabem alguns dos que povoam o outro lado. Será intransigência ou clareza afirmar que «*ser de esquerda hoje passa por uma condição básica: conseguir não ser eanista, isto é, ser capaz do esforço que isso implica*» («Falsos Avestruzes», p. 66); hoje já se começaria a dever escrever: *conseguir não ser soarista...* ou melhor seria dizer sempre *conseguir não ser do que está por cima?* E isso dá-nos uma dimensão da utilidade política prática deste livro.

Aí está um lugar para a esquerda. Porque a luta pelo socialismo não é uma utopia de um Robinson na sua Ilha-esquerda; são galerias que se vão cavando com a paciência da toupeira, insistia Marx.

Mao garantia que «a revolução não é um jantar de gala»; entre a nossa esquerda, há quem se preocupe mais com a primeira do que com o segundo, como há quem se ocupe do segundo para esquecer a primeira. ■

(1) *Vd M. V. C.*, «A Segunda República Portuguesa em perspectiva histórica», «Análise Social», n.º 75.

(2) *A natureza das coisas* é nomeadamente «o fascismo orgânico que lateja no nosso subconsciente» («Opção», n.º 89, Janeiro 78), «sem falar de Salazar, que d'além túmulo, continua a governar o inconsciente português, como governou em vida o consciente» («Opção», n.º 86, Dezembro 77). Bem se vê que a todos os níveis da nossa mente, tudo está predeterminado para Eduardo Lourenço. Abuso da psicanálise na história? Mais, do que isso: é preciso reconhecer que a natureza das coisas é muito perversa.